Decreto GP/MLC Nº 231/2025

Laguna Carapã/MS, 29 de setembro de 2025.

Regulamenta a licitação na modalidade leilão para a alienação de bens móveis inservíveis e dispõe sobre a atuação de leiloeiro no âmbito da Administração Pública Municipal.

O Prefeito Municipal de Laguna Carapã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 69, IV, da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica regulamentada a licitação na modalidade leilão, para a alienação de bens móveis inservíveis de que trata a Lei Federal nº [14.133](#), de 1º de abril de 2021, no âmbito dos órgãos da Administração Direta, das autarquias e das fundações do Município de Laguna Carapã e a atividade de Leiloeiro.

§ 1º A utilização da modalidade leilão na forma eletrônica, pelos órgãos e pelas entidades de que trata o caput deste artigo, é obrigatória.

§ 2º Todos os bens a serem leiloados deverão integrar o patrimônio do município.

CAPÍTULO II

DO COMETIMENTO DO LEILÃO

Art. 2º O leilão será cometido a leiloeiro oficial.

§ 1º Compete ao Leiloeiro:

I - tomar decisões em prol da boa condução da alienação, impulsionando o procedimento, inclusive demandando às áreas responsáveis o saneamento da fase preparatória, caso necessário;

II - prestar apoio técnico e informações relevantes ao desenvolvimento da instrução processual, sempre que solicitado;

III - coordenar os trabalhos da Equipe de Apoio, quando houver;

IV - elaborar a minuta de Edital e do contrato ou do instrumento equivalente; e

V - conduzir a fase externa da licitação, procedendo à publicação do Edital, à coordenação do certame, à classificação e julgamento das propostas e à análise de pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos.

§ 2º Ao leiloeiro oficial serão designadas tarefas como vistoria e avaliação de bens, loteamento, verificação de ônus e débitos, desembaraço de documentos, organização da visitação, atendimento

integral aos interessados e arrematantes, entre outras.

§ 3º A comissão do leiloeiro oficial será integralmente suportada pelo arrematante, sendo vedado o pagamento de comissão pelo comitente (Administração Pública).

Art. 3º A seleção do leiloeiro oficial se dará mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão, que deverá adotar o critério de julgamento de maior desconto para a comissão a ser cobrada.

§ 1º A comissão do leiloeiro oficial:

I - será paga pelos arrematantes;

II - será de, no máximo, 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem objeto da arrematação;

III - constará dos editais de leilão.

IV - constará do procedimento de credenciamento quando este for adotado para a seleção do leiloeiro oficial.

§ 2º É vedado o pagamento de comissão pelo comitente ao leiloeiro oficial.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO

Seção I - Das Etapas

Art. 4º A realização do leilão observará as seguintes etapas sucessivas:

I - fase preparatória;

II - divulgação do edital;

III - abertura da sessão pública e envio de lances;

IV - julgamento;

V - recurso;

VI - pagamento pelo licitante vencedor;

VII - adjudicação e homologação.

Seção II - Da Fase Preparatória

Art. 5º A fase preparatória do leilão consiste nos atos de planejamento que antecedem a divulgação do edital e tem por objetivo atender às exigências para a alienação de bens da Administração Pública Municipal impostas no art. 76, Lei Federal nº [14.133](#), de 2021, bem como nas Leis e atos normativos municipais.

§ 1º Compete ao servidor ou setor responsável pela gestão patrimonial do órgão ou entidade municipal ou comissão criada para o leilão a abertura de processo administrativo e sua instrução.

§ 2º O processo administrativo devidamente instruído deverá ser previamente submetido à apreciação da Autoridade Superior, a qual deverá autorizar o prosseguimento da alienação e encaminhar o processo à Secretaria Municipal de Administração.

§ 3º A Secretaria Municipal de Administração poderá restituir o processo ao órgão ou entidade Municipal demandante caso verifique a necessidade de complementação, correção ou esclarecimento dos documentos produzidos na fase preparatória.

§ 4º Após a verificação da conformidade dos documentos da fase preparatória, deverá ser elaborado o instrumento convocatório.

§ 5º A atuação do Leiloeiro na fase preparatória restringe-se ao acompanhamento e às eventuais diligências para o bom fluxo da instrução processual, eximindo-se do cunho operacional da elaboração dos estudos preliminares, projetos e anteprojetos, termo de referência, projeto básico e documentos correlatos.

Art. 6º A fase preparatória da licitação na modalidade leilão compreenderá, no mínimo:

I - a comprovação da propriedade do bem;

II - a manifestação do órgão ou entidade responsável pela gestão do bem quanto ao desinteresse em sua utilização, e, no caso de bens móveis, quanto à conveniência, oportunidade e interesse público em sua alienação;

III - a verificação de eventuais ônus ou débitos incidentes sobre o bem, com indicação do responsável por sua regularização;

IV - a avaliação do bem a ser alienado, mediante laudo realizado pela comissão devidamente designada para tal fim;

V - a contratação de leiloeiro oficial;

VI - a elaboração da minuta de edital de licitação com seus anexos, admitida, mediante justificativa, a organização dos bens em lotes.

Seção III - Do Edital

Art. 7º O edital conterá as seguintes informações sobre a realização do leilão:

I - número do edital de leilão;

II - número do processo administrativo;

III - identificação do órgão ou entidade que está realizando o leilão;

IV - leiloeiro contratado;

V - descrição do bem, com suas características;

VI - registro fotográfico dos bens;

VII - valor pelo qual o bem foi avaliado, preço mínimo pelo qual poderá ser alienado, condições de pagamento, comissão do leiloeiro, valor da caução e despesas relativas à armazenagem incidente sobre mercadorias arrematadas;

VIII - indicação do lugar onde estão localizados os bens móveis, os veículos ou os semoventes, a fim de que interessados possam conferir o estado dos itens a serem leiloados, em data e horário estabelecidos;

IX - o sítio da internet e o período em que ocorrerá o leilão;

X - especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências existentes sobre os bens a serem leiloados;

XI - critério de julgamento das propostas pelo maior lance;

XII - intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, quando necessário, que incidirá tanto em relação a lances intermediários quanto a lance que cobrir a melhor oferta; e

XIII - data e horário de sua realização, respeitado o horário comercial.

Parágrafo único. A adoção do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances deve ser previamente justificada durante a fase preparatória, pelo órgão ou entidade demandante.

Art. 8º Após a elaboração da minuta do Edital, o processo administrativo será encaminhado à Procuradoria do Município para controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação, a qual será dispensada na hipótese de utilização de minuta de edital padronizada pelo órgão de assessoramento jurídico, conforme autoriza o § 5º do art. 53 da Lei Federal nº [14.133](#), de 2021.

Art. 9º O leilão não exigirá registro cadastral prévio, salvo o credenciamento no sistema eletrônico da disputa, e não terá fase de habilitação, podendo, entretanto, a Administração Municipal exigir do licitante vencedor o pagamento de caução, na forma do Edital, quando houver previsão em lei ou regulamento municipal ou em razão de opção do órgão ou entidade requisitante, devidamente motivada.

Seção IV - Da Divulgação do Edital

Art. 10 O leilão será precedido da divulgação do edital nos seguintes meios, nos termos do art. 54, Lei Federal nº 14.133, de 2021:

I - no sítio eletrônico oficial do Município;

II - mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico do sistema onde ocorrerão o recebimento das propostas e a disputa de lances, ressalvada a regra disposta no art. 176 da Lei 14.133/2021;

III - no Diário Oficial do Município;

IV - afixação em local de ampla circulação de pessoas na sede da Prefeitura Municipal em seu Quadro de Mural.

Parágrafo único. Além da divulgação de que trata o caput deste artigo, o edital poderá, ainda, ser divulgado por outros meios necessários para ampliar a publicidade e a competitividade da licitação.

Art. 11 O prazo fixado para abertura do leilão e envio de lances não será inferior a 15 (quinze) dias úteis, contados da data do último ato de divulgação do edital entre os meios previstos no art. 10 deste Decreto.

Seção V - Do Sistema Eletrônico

Art. 12 A forma eletrônica da modalidade leilão de que trata este Decreto ocorrerá por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Administração Municipal, cujo endereço eletrônico deverá ser obrigatoriamente informado no Edital e na sua divulgação.

Parágrafo único. O sistema de que trata o caput deste artigo será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam as condições de segurança nas etapas do certame.

Art. 13 O licitante interessado em participar do leilão eletrônico deverá se credenciar previamente no sistema eletrônico, dentro do prazo previsto no edital.

Parágrafo único. O credenciamento de que trata o caput deste artigo constitui requisito indispensável para a participação na licitação, responsabilizando-se o licitante por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no sistema eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou à Administração Pública a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

Art. 14 Após a divulgação do edital, o licitante interessado em participar do leilão eletrônico encaminhará, exclusivamente, via sistema, sua proposta inicial até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Parágrafo único. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

CAPÍTULO IV

DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

Art. 15 Na data e horário estabelecidos no edital, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para envio de lances públicos e sucessivos por período não inferior a 03 (três) horas e de, no máximo, 08 (oito) horas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º Os lances ocorrerão exclusivamente por meio do sistema.

§ 2º Os licitantes serão imediatamente informados pelo sistema do recebimento de seus lances.

Art. 16 O licitante somente poderá oferecer lances sucessivos, desde que o valor seja superior ao último lance por ele ofertado e registrado, observado, se houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a a melhor oferta.

Art. 17 Os licitantes, durante o procedimento, serão informados, em tempo real, do valor do maior lance vedada a identificação dos participantes quando o leilão ocorrer eletronicamente.

Art. 18 Na hipótese de o sistema se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, mas permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão a ser recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Parágrafo único. Caso a desconexão do sistema para o órgão ou a entidade promotora da licitação persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Art. 19 Imediatamente após o encerramento do prazo da etapa de envio de lances estabelecido nos termos do art. 15, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem decrescente de classificação.

CAPÍTULO V

DO JULGAMENTO

Art. 20 Encerrada a etapa de envio de lances, será realizada a verificação da conformidade da proposta, devendo-se considerar vencedor aquele licitante que ofertou o maior lance, observado o preço mínimo estipulado pelo qual poderá ser alienado o bem.

Art. 21 Definido o resultado do julgamento, o leiloeiro poderá, por meio do sistema, negociar com o licitante melhor classificado condições mais vantajosas para a Administração, quando o lance ofertado

estiver abaixo do preço mínimo estipulado para a arrematação.

§ 1º Os demais licitantes poderão acompanhar a negociação de que trata o caput.

§ 2º Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento de licitação, a ser anexada aos autos do processo de contratação.

§ 3º A negociação poderá ser realizada com os demais licitantes classificados, observada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado por apresentar proposta inferior ao preço mínimo estipulado para a arrematação, nos termos do § 2º deste artigo. A negociação será feita exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

Art. 22. Na hipótese de o procedimento restar fracassado, o órgão ou a entidade poderá:

I - republicar o procedimento; ou

II - fixar prazo para que os interessados possam adequar as suas propostas.

Parágrafo único. A republicação também poderá ocorrer na hipótese de o procedimento restar deserto.

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS

Art. 23. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 15 (quinze) minutos, imediatamente após o término do julgamento das propostas, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, exclusivamente em campo próprio do sistema eletrônico.

§ 1º As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação ou da lavratura da ata de julgamento, exclusivamente em campo próprio do sistema eletrônico.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 3º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.

§ 5º Na hipótese de ocorrência da preclusão prevista no caput, o processo será encaminhado à autoridade superior, que fica autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

CAPÍTULO VII

DO PAGAMENTO

Art. 24. O leiloeiro, após a declaração do vencedor, emitirá a guia de recolhimento correspondente.

§ 1º A emissão de que trata o caput ocorrerá para que o licitante vencedor proceda, imediatamente, ao pagamento do bem e ao arremate, salvo:

I - disposição diversa em edital;

II - arrematação a prazo; ou

III - outra forma prevista em lei ou em regulamentação específica que impeça a arrematação imediata.

§ 2º O arrematante deverá encaminhar o comprovante de pagamento ao leiloeiro, na forma definida no edital, e a adjudicação somente ocorrerá após a devida confirmação do pagamento.

§ 3º Não sendo efetuado e comprovado o pagamento pelo arrematante no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, o leiloeiro poderá examinar os lances subsequentes, sucessivamente e na ordem de classificação, até a obtenção de proposta que atenda ao interesse da Administração, respeitado em qualquer hipótese o valor de avaliação.

CAPÍTULO VIII

DA HOMOLOGAÇÃO

Art. 25. Encerradas as etapas de recurso e de pagamento, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº [14.133](#), de 2021.

CAPÍTULO IX

DO CONTRATO E DA TRANSFERÊNCIA DO BEM

Art. 26. Após a homologação pela autoridade superior, serão realizadas as providências necessárias para a assinatura do contrato e transferência do bem ao arrematante.

§ 1º Os contratos decorrentes de licitações disciplinadas por este decreto deverão conter as cláusulas elencadas no artigo 92 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observado, ainda, o disposto em legislação especial.

§ 2º Quando o arrematante for pessoa jurídica, previamente à celebração do contrato, deverá ser comprovada sua regularidade perante a seguridade social, nos termos do § 3º do artigo 195 da Constituição Federal.

CAPÍTULO X

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 27. O arrematante, em caso de infração aos dispositivos contidos neste Decreto, estará sujeito às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, e às demais cominações legais, além da perda de caução, se houver, em favor da Administração, com a reversão do bem a novo leilão, no qual não será admitida a participação do arrematante, conforme disposto no art. 897 da Lei Federal nº 13.105/2015.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Os horários estabelecidos na divulgação do procedimento e durante o envio de lances observarão o descrito em edital, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema e na documentação relativa ao procedimento.

Art. 29. A Secretaria Municipal de Administração poderá expedir normas complementares necessárias à execução das disposições deste Decreto.

Art. 30. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Laguna Carapã/MS, 29 de setembro de 2025.

ITAMAR BILIBIO
Prefeito Municipal

Matéria enviada por LUIS EDUARDO TELES MATEUS